

POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE ANGÉLICA – MS:

PAPÉIS URBANOS E REPRODUÇÃO SOCIAL

Wéilton Carlos dos Santos¹, Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli²

¹Estudante do Curso de Geografia - UEMS, Unidade Universitária de Glória de Dourados;
E-mail: welitoncarlos_007@hotmail.com

² Professora do Curso de Geografia - UEMS, Unidade Universitária de Glória de Dourados;
E-mail: marahora@uems.br

Área Temática: Geografia Urbana – Cidades Médias

RESUMO

A pesquisa proposta pretende discutir o processo de (re)produção do espaço urbano no município de Angélica a partir da perspectiva da produção de conjuntos habitacionais pelo poder público. Analisaremos quais os papéis urbanos presentes na cidade e os setores de atividades aos quais os moradores dos conjuntos habitacionais estão vinculados. Ao mesmo tempo, pretendemos verificar quais as funções urbanas que os moradores necessitam buscar em outras cidades, no caso provavelmente Dourados, pelo fato de ser a cidade média (a segunda do estado de Mato Grosso do Sul) mais próxima e equipada em termos de serviços médicos, educacionais (Ensino Superior) e comerciais. A intenção é entender a articulação entre o espaço de reprodução social (com destaque para a moradia) com os interesses dos setores econômicos locais e regionais (reprodução do capital).

Palavras-chave: Cidades Médias, Pequenas Cidades, Políticas Públicas Habitacionais.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como ponto de partida as repercussões assumidas pelo processo de industrialização na (re)produção do espaço urbano, configurando um processo de urbanização bastante desigual no Brasil. Cada cidade assumiu funções e papéis específicos, distinguindo uma das outras, devido ao crescimento populacional, extensão territorial, articulação na rede de cidades.

Com o estabelecimento dessa articulação algumas cidades se destacaram devido os papéis que passaram a exercer, enquanto outras perderam funções em razão de uma crescente articulação entre os lugares, devido aos avanços nos transportes e nas comunicações, originando uma divisão territorial do trabalho na rede urbana (CORRÊA, 1999). A cidade torna-se o lugar com todas as características necessárias para abrigar o processo de

desenvolvimento do modo de produção capitalista, se tornando o *locus* de reprodução do capital. (SPOSITO, 2004).

Enquanto *locus* da reprodução do capital, o processo de (re)produção do espaço urbano expressa vários tipos de interesses econômicos, políticos e ideológicos, orientados principalmente pelas classes dominantes, como afirma Villaça (2001):

As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia. (p. 335).

Nesta perspectiva, tendo em sua essência este jogo de interesses que articula as ações dos agentes públicos e privados, o processo de (re)produção e apropriação do espaço urbano ocorre de maneira extremamente contraditória, como resultado da existência de uma sociedade cada vez mais desigual.

Torna-se importante abordar de forma sucinta o processo de ocupação das terras do sul do Mato Grosso do Sul, tendo em vista a formação do município de Angélica, que é a área escolhida para a análise de nossa pesquisa. Seu surgimento está vinculado à constituição da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), que incentivou a ocupação das terras por imigrantes de diferentes regiões do país, gerando ao longo do processo de desenvolvimento uma série de pequenas cidades.

Além da CAND é importante ressaltar o papel das companhias colonizadoras privadas, como é o caso da CICAL (Colonizadora Douradense Ltda.), responsável pela criação do município de Angélica, pois esta empresa incentivou os pequenos proprietários a adquirirem lotes de terras, atraindo assim mais população, estimulando o oferecimento de bens e serviços sociais e comerciais na região. (OLIVEIRA, 2008).

É essencial destacarmos também que todas essas transformações ocorridas deste então no país e na região em foco, (onde se localiza o Município de Angélica-MS), promoveram mudanças em múltiplas vertentes, pois o desenvolvimento industrial não provocou apenas transformações no urbano, mas também no que diz respeito ao rural.

A implantação de novas técnicas para a modernização da produção agrícola, visando o aumento da produção fez com que muitas famílias camponesas, não conseguindo se adequar frente a tais processos perdessem a terra, vendo-se “obrigadas” a irem para as cidades em busca de melhores condições vida e trabalho. Porém, a intensidade deste movimento migratório campo-cidade, associado aos interesses relativos à propriedade privada e ao modo

como foram pensadas as políticas públicas urbanas, repercutiu diferentemente sobre a rede urbana, e muitas cidades não estavam preparadas estruturalmente para o aumento populacional, o que originou inúmeros problemas sociais, entre eles, o acesso à moradia.

Neste sentido, pensar a questão da moradia nos dias atuais remete-nos a destacar, além da sua fundamental importância, sendo indispensável para a vida humana, também as dificuldades que se encontram inseridas no processo de conquista da habitação e do solo urbano.

Assim, percebemos que nem todas as pessoas têm acesso a este bem fundamental à reprodução social, como um direito, ou seja, a moradia encontra-se subordinada à existência da propriedade da terra e ao poder de compra da população, o que dificulta a realização do sonho da casa própria, que é tão almejada pelo ser humano.

Nesta perspectiva, constatamos que o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano é feito pela capacidade de pagamento de cada um, ocorrendo desta forma a exclusão daqueles que por terem um baixo poder aquisitivo ficam privados de usufruir da cidade e conseqüentemente de uma moradia digna, tão essencial para o processo de reprodução social (CALIXTO, 2008).

Desta forma podemos compreender o quanto é importante e além de tudo necessário a moradia para a nossa existência, pois como bem expressam vários autores o ato de morar não pode ser entendido como algo “fracionável”, além de depender de uma fração da superfície terrestre para habitar, pois ninguém consegue viver suspenso no ar, “sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 2003; SPOSITO, 2004).

Em virtude desta problemática, que é bastante discutida na atualidade, tendo em vista a sua indispensável importância para o ser humano, a pesquisa proposta, objetiva compreender o processo de (re)produção do espaço urbano e as políticas habitacionais desenvolvidas pelo poder público em Angélica, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, bem como analisar os papéis urbanos e a reprodução social ocorridos no município.

Ao mesmo tempo, também pretendemos verificar com a pesquisa quais as funções urbanas que os moradores necessitam buscar em outras cidades, no caso provavelmente Dourados, pelo fato de ser a cidade média (a segunda do estado de Mato Grosso do Sul) mais próxima e equipada em termos de serviços médicos, educacionais (Ensino Superior) e comerciais, entre outros.

2-BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ANGÉLICA-MS

Criado no dia 13 de Maio de 1976 pela Lei nº 3.691, o Município de Angélica está situado na porção sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. O seu território abrange uma área de 1.273 km², incluindo o Distrito de Ipezal, localizado a 36 quilômetros da sede (Angélica). Segundo dados do IBGE (2007), o Município engloba uma população de aproximadamente 7.300 habitantes, sendo esta 76% urbana e 24% localizada na zona rural.

3- MATERIAIS E MÉTODOS

Realizamos inicialmente uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de compreender o assunto proposto à análise, focando em leituras sobre o processo de (re)produção do espaço urbano, cidades médias e pequenas, o papel do poder público no processo de produção da cidade e na redefinição dos seus papéis, na questão da moradia e na reprodução social, que permite a discussão e reflexão a respeito dos papéis urbanos e da reprodução social na pequena cidade, no caso, Angélica. Em uma segunda etapa buscamos informações junto a Prefeitura Municipal de Angélica, com propósito de obter informações sobre a implantação dos conjuntos habitacionais e dos moradores, verificando as formas de financiamento existentes e se há inadimplência. A terceira etapa da pesquisa compreende a aplicação de entrevistas e questionários, que se encontra em fase de realização, que posteriormente serão organizados e analisados, com a elaboração de gráficos, tabelas e mapas para um melhor entendimento.

4-RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com informações obtidas na Prefeitura Municipal de Angélica, existem quatro conjuntos habitacionais no Município, sendo que três deles estão presentes na cidade de Angélica (Conjunto Habitacional Rachid Neder; Conjunto Habitacional Antônio Mota Ramos; Conjunto Habitacional Antônio Sabino de Souza), e um no Distrito de Ipezal, um conjunto de casas construídas ao longo dos anos que segundo informações nem sequer tem um nome definido.

O processo de seleção das famílias para adquirirem a casa popular foi realizado pelo CRAS (Conselho Regional de Assistência Social), sendo privilegiadas aquelas famílias de baixa renda que tinha a mulher como “chefe do lar” e que não possuíam nenhum outro bem ou imóvel.

Embasado na pesquisa realizada, que no momento ainda se encontra em fase de execução, podemos verificar até então de modo geral que a situação em que se encontra a maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais é bastante problemática. Assim,

identificamos que os conjuntos carecem de infraestrutura e de serviços coletivos em vários aspectos e a sua localização na malha urbana da cidade fazem com que os seus habitantes embora presentes no urbano não desfrutem de fato verdadeiramente do urbano (BERNARDELLI, 2006), explicitando assim, uma forte segregação socioespacial.

5- AGRADECIMENTOS

De modo especial primeiramente agradeço a Deus e a minha família por terem me dado forças perante as dificuldades não me deixando em momento algum desanimar, aos meus amigos pelo apoio, e a todos os moradores dos conjuntos habitacionais e funcionários da Prefeitura Municipal de Angélica que colaboraram para a realização da pesquisa e a UEMS, bem como ao CNPq, pela concessão da bolsa PIBIC para a realização da pesquisa.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. O caráter urbano das pequenas cidades da região de Catanduva – SP. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 217-247.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial urbana. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (Org.). **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008, p. 21-44.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro: Garamond, v.6, n.6, p.43-53, jan./jun. 1999.

IBGE. **CIDADES**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17/02/10.

OLIVEIRA, Tatiana Aparecida de. **Políticas habitacionais em pequenas cidades: estudo comparativo dos municípios de Angélica e Ivinhema/MS**. (TCC) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Glória de Dourados-MS, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades brasileiras**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.